



INFORMATIVO MINISTÉRIO PÚBLICO Paraíba

Ano I • Nº 7 • fevereiro de 2009



João Pessoa e Campina contarão com Promotorias de Defesa da Mulher, da Educação e contra Crimes da Ordem Tributária

As Promotorias de Justiça Cíveis e da Fazenda Pública de João Pessoa e Campina Grande receberam novas atribuições de defesa dos direitos difusos. *Pág. 5*

Servidores em estágio probatório passam por avaliação

Os servidores do Ministério Público Estadual que se encontram em período de estágio probatório passaram por uma avaliação em fevereiro. *Pág. 3*



FORMAÇÃO

Instituição investe em servidores e membros

Pág. 4

LOUZEIRO

2º Caop quer preservação de Floresta

Pág. 6

EVASÃO ESCOLAR

MPPB quer alunos em sala de aula

Pág. 7

Direitos Difusos

A Procuradoria Geral de Justiça acaba de instalar mais espaços físicos destinados às promotorias dos direitos difusos das comarcas de João Pessoa e Campina Grande.

A referenciada providência busca dar cumprimento a Resolução nº 004/2008 do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, que em boa hora distribui com os Promotores de Justiça Cíveis e da Fazenda, das comarcas de João Pessoa e Campina Grande, atribuições na área dos direitos difusos.

Por mais exaustivo e competente que seja o trabalho dos atuais "Curadores" (Promotores de Justiça com atribuições na defesa dos direitos difusos), as comarcas de João Pessoa e Campina Grande (as duas somadas já alcançam bem mais de um milhão de habitantes), não mais comportavam apenas um Promotor de Justiça em cada área específica mencionada.

Por outro lado, a nova distribuição de atribuições além de acrescer o número de promotores também no Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial, na Execução Penal e nos tribunais do júri, ainda insere em nossa realidade as Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, dos crimes contra a ordem tributária, em matéria de educação estadual e municipal, fundações e organizações não governamentais subvencionadas com recursos públicos, e a defesa dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. A nova distribuição de atribuições é fruto de um trabalho exaustivo e baseado entre tantos outros, em dados estatísticos fornecidos pela Doutra Corregedoria Geral do Ministério Público, pelo Poder Judiciário e pela Caimp.

A racionalização e melhor distribuição das atribuições dos Promotores de Justiça Cíveis e da Fazenda Pública, medida já implantada em vários ministérios públicos da federação, tem como foco principal o incremento dos serviços à sociedade, destinatária maior da ação ministerial, notadamente na defesa dos direitos difusos.

A Procuradoria Geral de Justiça não tem medido esforços para que os membros do Ministério Público além de sentirem-se valorizados, valorizem a confiança que a sociedade nutre pela instituição, e a necessidade de seu trabalho intenso e constante.

EXPEDIENTE

Procuradora-Geral de Justiça:
Janete Maria Ismael da Costa Macedo
Subprocurador-Geral de Justiça:
José Roseno Neto
Corregedor-Geral do Ministério Público:
Paulo Barbosa de Almeida
Secretário-Geral do Ministério Público:
Cláudio Antônio Cavalcanti

Jornalista Responsável:
Eloise Elane – DRT/PB- 2687/90
Registro nº 293
Integrantes da Assessoria de Imprensa do
MPPB: **Almira Félix, Lila Santos**
Fotógrafo:
Adeilton Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação:
Sebastian Fernandes - Registro nº 1.742
Impressão:
F&A Gráfica e Editora Ltda.



**Ministério
Público da
Paraíba**

Procuradoria Geral de Justiça
Rua: Rodrigues de Aquino, S/Nº, Centro,
CEP: 58.013-030 - João Pessoa-PB

Tiragem: 1.000 exemplares

Opinião

A atuação do Ministério Público na preservação do semi-árido

José Eulampio Duarte*

O semi-árido brasileiro é constituído de uma área aproximada de 895 km², o que representa 11% do território nacional. A Caatinga é a cobertura vegetal nativa da região. Rica em biodiversidade, nela já foram catalogadas 932 espécies vegetais bastante resistentes à seca, sendo que 380 são endêmicas, além de viverem nesse bioma 876 espécies de animais, dos quais 695 são aves, 148 mamíferos, 44 répteis e 17 anfíbios. Na região, habita uma população predominantemente pobre que subsiste em condições de extrema dificuldade. Tal população vive marginalizada, não recebe assistência técnica, e por isso ainda utiliza o processo de coivara, ao preparar suas terras para o plantio. Sem alternativa para se alimentar no período das estiagens, desmata a caatinga para fazer carvão ou vender a lenha como combustível em panificadoras, olarias e até em fogueiras no período junino. Com a derrubada dessa vegetação e com as queimadas, inicia-se o processo de desertificação, e com a terra sem produzir, surge a miséria.

Para acabar com esse círculo vicioso que perdura há séculos, urge providência com vistas ao manejo sustentável desse bioma, e o Ministério Público pode oferecer uma contribuição relevante, uma vez que o Órgão está presente em todas as localidades do Estado, através dos Promotores de Justiça que têm legitimidade para agir atuando na defesa do meio ambiente.

Ao diagnosticar os problemas in loco, o Promotor poderá promover as medidas legais cabíveis e celebrar parcerias com outros órgãos ambientais, levando em conta a especificidade de cada caso. Certamente, nas suas respectivas Comarcas, o representante do Ministério Público irá se deparar com muitos proprietários rurais descumprindo as normas de proteção ao Meio Ambiente, notadamente aquelas que proíbem o desmatamento das encostas, com declividade superior a 45º, as que prevêm a conservação das matas ciliares ao longo dos cursos d'água, ao redor de lagoas, lagos ou qualquer reservatório d'água e das nascentes, bem como a preservação de 20% de suas terras para reserva legal, o que poderá ser exigido através da celebração de Termos de Ajustamento, com a colaboração de órgãos como a EMATER, o IBAMA, a SUDEMA e a EMBRAPA.

Além disso, o Promotor deverá incentivar os donos de grandes extensões de terras a criar RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural), a fim de legarem às futuras gerações os benefícios da manutenção da biodiversidade da caatinga, mostrando as vantagens dessa preservação, nos termos do Decreto 1.922/96.

Cabe ainda ao representante do parquet, combater os crimes ambientais previstos na Lei nº 9.605/98, especialmente a destruição do habitat de muitas espécies que, juntamente com o tráfico, contribuem decisivamente para aumentar a lista dos animais em extinção.

A preservação da Caatinga é essencial para sobrevivência do homem no semi-árido, uma vez extinto esse bioma, sua recuperação é inviável, porque além de um solo estéril, a escassez de água durante o período de estiagem, torna impensável qualquer tentativa de reflorestamento, uma vez que o homem que amanhece sem água para fazer café, e fica dependente de um carro pipa para garantir-lhe as necessidades básicas, nunca vai querer plantar uma muda de árvore para irrigar na seca.

* José Eulampio Duarte é Coordenador do 2º Caop

José Roseno Neto é o novo Subprocurador Geral de Justiça

O PROCURADOR JOSÉ ROSENO NETO É O NOVO SUB-PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA. A SOLENIDADE ACONTECEU NO ÚLTIMO DIA 9 DE FEVEREIRO E FOI PRESIDIDA PELA PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA, JANETE ISMAEL, QUE TAMBÉM EMPOSSOU OS PROMOTORES ROGÉRIO LUCAS E ARLAN COSTA NO CARGO DE ASSESSOR TÉCNICO DO GABINETE DA PGJ.



Posse do Sub-Procurador José Roseno

na Procuradoria Geral de Justiça com competência e comportamento exemplar. “O Ministério Público precisa de profissionais com compromisso com a instituição”, afirmou.

Ao discursar em nome dos empossados, José Roseno disse que o cargo que assumiu é mais um desafio em sua vida profissional e agradeceu a confiança da Procuradora Geral em nomeá-lo. “O meu intuito é colaborar para esta união de forma a fortalecer este pilar que sustenta o Ministério Público. Prometo honrar cada vez mais a minha função”, declarou.

Também discursou na solenidade de posse o presidente da Associação Paraibana do Ministério Público, Promotor João Arlindo. Ele disse que Janete Ismael foi feliz ao escolher o nome de José Roseno Neto para o cargo de Subprocurador Geral de Justiça e que essa escolha deixou satisfeito dos membros da instituição.

Ao empossar os assessores diretos, Janete Ismael disse que o fazia com grande satisfação por serem pessoas de confiança,

competentes e dedicados ao Ministério Público. Sobre José Roseno Neto, a Procuradora Geral de Justiça ressaltou a sua trajetória profissional, lembrando que ele iniciou a carreira no Ser-tão paraibano e ocupou vários cargos

Servidores em estágio probatório passam por avaliação

Os servidores do Ministério Público Estadual que se encontram em período de estágio probatório passaram por uma avaliação em fevereiro. No início do mês, a Comissão Especial se reuniu no auditório do 1º Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Capital para dar início ao trabalho de avaliação.

Conforme explicou o Procurador de Justiça, Doriel Veloso Gouveia, Presidente da Comissão, o objetivo foi colher informações acerca do desempenho funcional e do comportamento dos servidores nomeados recentemente. Segundo ele, os chefes receberam um formulário de avaliação de competências, que contém todo o procedimento de como avaliar e a pontuação da avaliação, que terá nível técnico e comportamental.

A Comissão Especial de Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório



Comissão de estágio probatório

do Ministério Público da Paraíba foi instituída a partir da Instrução Normativa nº 05/08 da Procuradoria-Geral de Justiça, que estabelece as condições de funcionamento e os critérios mediante os quais se pode avaliar. A comissão tem membros o Promotor de Justiça, João

Geraldo Carneiro, e as Técnicas de Promotoria, Arlinda Maria Pimentel, Marlene Pereira da Silva e Carmen Elizabete Dutra.

Além de João Pessoa a Comissão realizou também reuniões na sede do MP de Campina Grande, no dia 10 e nas Promotorias de Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras, nos dias 11 e 12 do mês de fevereiro.

Estágio Probatório – É o período durante o qual o servidor nomeado para cargo efetivo entra em exercício, após aprovação em concurso público, ficando sujeito à avaliação de competências técnicas e comportamentais para o desempenho do cargo, com base em padrões e indicadores pré-estabelecidos. Tem a duração de dois anos, contados a partir da data em que o servidor entra no efetivo desempenho das atribuições do cargo para o qual tenha sido nomeado.



MPPB investe em formação de membros e servidores para melhor servir a instituição e a sociedade

Educação continuada, aperfeiçoamento profissional, a presença obrigatória da instituição nas reuniões dos

Conselhos e Grupos que decidem as ações do Ministério Público no país e a execução de atividades inerentes à instituição. Estes são alguns investimentos que a atual administração da Procuradoria Geral de Justiça vem implementando, de forma a colocar o MPPB, através dos seus membros e servidores, atualizada com relação aos acontecimentos na área de informação e tecnologia, e em contanto com o que há de mais novo nas ações dos Ministérios Público em favor dos direitos difusos e coletivos.

Segundo a Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael, o Ministério Público tem se preocupado em os membros e servidores atualizados, para prestar um melhor serviço à população e à própria instituição. Na área de educação e aperfeiçoamento profissional, Procuradores, Promotores e servidores vêm

participando de Congressos, Seminários e Cursos. Eles também têm visitado outros Ministérios Públicos a fim de participar de projetos, programas e atividades em comum.

“O aperfeiçoamento profissional é, sem dúvida, um importante instrumento para melhorar a atuação de um órgão, como o Ministério Público. É pensando assim que a instituição vem investindo caro, com o custeio da inscrição, locomoção e estadia de membros e servidores nestes eventos, e até na promoção de cursos e congressos no próprio Estado, para proporcionar essa formação”, afirmou Janete Ismael.

Alguns exemplos dessa formação foram a realização de uma reunião entre a Corregedoria Geral do Ministério Público e Promotores de Justiça em estágio probatório, em setembro de 2007, na cidade de Sousa; a participação do Promotores Eleitorais no encontro dirigido a eles para orientação especial sobre as eleições, em julho de 2008; o Curso de Formação de Promotores realizado pelo Centro de Aperfeiçoamento Profissional e

o Curso de Inteligência e Técnicas Operacionais de Combate ao Crime Organizado.

O Ministério Público da Paraíba também tem se preocupado em acompanhar todas as ações dos órgãos nacionais que decidem o destino dos Mps no país. Para isso, as reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional de Corregedores Gerais, do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais vêm contando sempre com a presença de um membro. Mas essa participação, de acordo com a Procuradora Janete Ismael, tem sido também na apresentação do propostas de ações, que vêm sendo acolhidas pelos Ministérios Públicos Estaduais.

De acordo com Janete Ismael, a instituição tem incentivado, ainda, a participação dos membros do MPPB nas reuniões e parcerias com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONAND), Grupo de Atuação Especializado contra o Crime Organizado (GAECO) e Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas.

“O aperfeiçoamento profissional é, sem dúvida, um importante instrumento para melhorar a atuação de um órgão, como o Ministério Público”

Janete Ismael

Estudo busca evitar acidentes com trens na Grande João Pessoa

Neste mês de março a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) deverá apresentar ao Ministério Público Estadual, um estudo referente ao fluxo de veículos e pessoas nas passagens de nível da linha do trem do trecho compreendido entre Santa Rita e Cabedelo.

O estudo irá apontar os pontos considerados mais críticos, com relação a acidentes, para que se possa implantar cancelas eletrônicas. Recentemente foi realizada uma audiência na sede das Promotorias da Capi-

tal, conduzida pelos Promotores de Justiça, Hamilton de Souza Neves Filho, Coordenador do 1º Caop, Glauberto Bezerra, Promotoria de Defesa do Consumidor, Valério Bronzeado e Manoel Serejo, respectivamente, Promotores de Defesa do Cidadão das Comarcas de Cabedelo e Santa Rita. Pela CBTU participaram Lucélio Cartaxo, Superintendente,

João Oliveira, Gerente Geral de Operações, Laerte Cerqueira, Assessor de Comunicação e Edir Mendonça, Assessor Jurídico.

Durante a audiência os representantes da CBTU informaram aos membros do MPPB sobre os tipos de sinalização e a existência de um sistema de passagem de nível existente no Renascer. Informa-

ram ainda que cada cancela eletrônica tem um custo aproximado de R\$ 100 mil e estimaram que seriam necessárias, aproximadamente, vinte e três cancelas eletrônicas no trecho compreendido entre Santa Rita e Cabedelo.

Disseram ainda não haver um estudo referente ao fluxo de pessoas e veículos nas passagens de nível. Eles apresentaram também um levantamento do número de acidentes ocorridos entre os anos de 2007 (duas colisões envolvendo veículos) e 2008 (nove colisões).





João Pessoa e Campina contarão com Promotorias de Defesa da Mulher, da Educação e contra Crimes da Ordem Tributária

AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS E DA FAZENDA PÚBLICA DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE RECEBERAM NOVAS ATRIBUIÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS.

Com isso, foi acrescido o número de Promotores com atuação na defesa dos direitos do Cidadão, Patrimônio Público, Meio Ambiente, Saúde, Execução Penal e 1º e 2º Tribunais do Júri.

Também foram criadas novas Promotorias que atuarão na Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; em matéria de Crimes da Ordem Tributária; de Educação Estadual e Municipal e em matéria de Fundações e ONGs subvencionadas com recursos públicos.

Para melhor funcionamento de algumas destas Promotorias, a Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael, vai instalar um novo ambiente para as Promotorias de Defesa da Saúde, Meio Ambiente e Fundações, às 10h00, nesta sexta-feira (6). O prédio fica localizado na rua Rodrigues de Aquino, próximo à sede da Procuradoria.

De acordo com o Secretário Geral do Ministério Público, Promotor Cláudio Antônio Cavalcanti, as novas atribuições dos Promotores de Justiça Cíveis e da Fazenda Pública de João Pessoa e Campina foram regulamentadas a partir da Resolução nº 4/2008 do Colégio de Procuradores de Justiça. “Para o acréscimo e criação de novas Promotorias, o Colégio de Procuradores levou em consideração a necessidade de racionalização e melhor distribuição das atribuições dos Promotores Cíveis e da Fazenda, bem



Sede das Promotorias de Fundações, Saúde e Meio Ambiente

como os dados estatísticos da Corregedoria Geral do Ministério Público com relação a movimentação mensal de processos”, explicou.

Com a redação da Resolução nº 4/2008, João Pessoa contará com mais um Promotor de Justiça no Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (Caimp). O número de membros atuando na defesa do Meio Ambiente passa para três. Serão dois Promotores de Defesa do Cidadão, dois na Defesa da Saúde, três no Patrimônio Público – com atribuição para atuar em matéria de bens, direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Serão, ainda, quatro Promotores atuando na Execução Penal, dois no 1º Tribunal do Júri e dois no 2º Tribunal do Júri.

O Distrito Judiciário de Mangabeira ganhou um Promotor para atuar na

Defesa dos Direitos do Consumidor e um para responder pela Defesa dos Direitos do Cidadão.

Caberá ao 6º Promotor de Justiça Cível de João Pessoa responder pela Promotoria de Defesa da Mulher em situação de violência doméstica e familiar. Já o 16º Promotor de Justiça Cível responderá em matéria de crimes da ordem tributária e o 8º Promotor de Justiça da Fazenda Pública responderá pela Promotoria de Educação Estadual e Municipal.

Campina Grande - O 1º Tribunal do Júri de Campina contará com dois Promotores de Justiça. Já a Promotoria das Fundações e Organizações não Governamentais subvencionadas com recursos públicos ficará com um Promotor. A Caimp receberá mais um Promotor de Justiça; a Execução Penal com dois; a dos Direitos do Consumidor com dois Promotores; a Saúde com um; a Promotoria do Cidadão com dois – respondendo também em matéria de defesa dos direitos do idoso e do deficiente físico; dois Promotores na Promotoria de Meio Ambiente e dois respondendo pelo Patrimônio Público.

O 4º Promotor de Justiça Cível de Campina Grande responderá pela Promotoria de Defesa da Mulher em situação de violência doméstica e familiar e o 7º Promotor de Justiça Cível, pela Promotoria de Educação Estadual e Municipal.

Segundo CAOP vai insistir na preservação da Floresta "Louzeiro"

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, VIA 2º CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS (CAOP), VAI INTENSIFICAR A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA FLORESTA DO LOUZEIRO, UMA ÁREA COM CERCA DE 60 HECTARES LOCALIZADA EM PLENA ZONA URBANA DE CAMPINA GRANDE.

Segundo o Promotor de Justiça José Eulâmpio Duarte, atual coordenador do 2º CAOP e titular (licenciado) do Meio Ambiente em Campina Grande, a luta para resguardar a floresta do Louzeiro vem sendo travada desde 2003 sem que esse objetivo seja alcançado, embora o artigo 269 da Lei Orgânica do município estabeleça que se trata de área de preservação permanente.

"O Louzeiro atualmente pertence a particulares. Portanto, um processo de desapropriação é imprescindível à sua preservação. Esta providência tem que partir, necessariamente, do poder público, seja municipal ou estadual", avaliou o Promotor José Eulâmpio Duarte.

A floresta faz divisa com os Bairros do Alto Branco, Palmeira, Conceição, Jeremias e das Nações e apresenta topografia variada, que abriga ecossistemas fisicamente heterogêneos com destaque para aquáticos como várzeas, nascentes, açudes, riachos, pequenos reservatórios e lagoas e terrestres com vegetação nativa e frutíferas, além de inúmeros constituintes de fauna.

De acordo com levantamento encomendado pela própria Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, a vegetação primária do local está praticamente extinta, reduzindo quase a zero o número de suas essências. Esta cobertura é composta de plantas inferiores como a macaubeira, mamoneiras e carrapateiras.

A fauna do Sítio Louzeiro, por sua vez, é composta por animais de peque-



Promotor José Eulâmpio Duarte

no porte, tais como roedores e pássaros como beija-flores, anus, papa-capins e pardais. Contudo, esses animais vivem constantemente ameaçados pela ação pedradora do homem. A área serve, ainda, de esconderijos de marginais, conforme atestam os próprios órgãos responsáveis pela segurança pública de Campina Grande.

"Servidor em Ação" chega à Comarca de Santa Rita

A equipe do Projeto "Servidor em Ação", que vem aplicando treinamento didático aos servidores do Ministério Público da Paraíba, esteve, nos dias 19 a 22 de fevereiro, na Promotoria da cidade de Santa Rita, que tem como titular o Promotor de Justiça Leonardo Pereira de Assis.

Os servidores Flávio Lucena, Francisco Ítalo, Graça Melo e Jonathan Vieira, integram a equipe, além de serem os autores do Projeto "Servidor em Ação", que resultou na confecção da Cartilha do Servidor. Nas Promotorias eles vêm aplicando o treinamento previsto na cartilha. Durante o treinamento os servidores receberam noções bási-



Equipe que organizou Promotoria

cas como redação oficial, organização de arquivo e até mesmo a manutenção do prédio.

O encerramento do treinamento contou com a presença do Promotor Leonardo Pereira e da Diretora Administrativa do MPPB, Valdênia de Figueiredo. Esse treinamento será dado em todo o Estado, nas diversas Promotorias de Justiça.



Evasão escolar é tema de discussão em Promotoria de Monteiro

ESTABELECEM CAMPANHAS PARA ACABAR COM A EVAÇÃO ESCOLAR DE EMAS, IGARACY, PIANCÓ, AGUIAR, CATINGUEIRA E OLHO D'ÁGUA. ESTE FOI O OBJETIVO DA REUNIÃO REALIZADA PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA CAROLINE FREIRE MONTEIRO COM OS PREFEITOS E OS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.

Além do combate à evasão escolar, foram discutidos temas como a prevenção do uso de drogas nas escolas. Os Secretários de Educação se comprometeram em empreender os primeiros passos no sentido de incluírem, já neste ano letivo, aulas voltadas à política anti-drogas, explicitando seus malefícios, bem como conciliando alternativas para os momentos de lazer dos alunos, com o incentivo à prática de atividades esportivas.

Nesta mesma reunião, a Promotora de

terminou aos Secretários de Educação que assegurem a matrícula dos alunos portadores de deficiência na rede pública de ensino.

Ela expediu recomendação aos secretários relativa à educação inclusiva para os alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino. Caroline Freire também recomendou que seja feito um recenseamento de todas as crianças e adolescentes em idade escolar que estejam fora da sala de aula a fim de que estes possam entrar ou retornar à escola, conforme o caso, devendo ser promovida uma campanha no Município. Para isso, garantiu aos secretá-



Promotora Caroline Freire

rios de Educação que eles poderão contar com o apoio do Ministério Público.

Na recomendação expedida, a representante do Ministério Público externou a preocupação para que, ao ser adotada a política de educação inclusiva, evite-se o preconceito e a exclusão destas pessoas da sociedade. Observou, ainda, a necessidade de se promover uma educação de qualidade para todos, com a devida capacitação dos professores e a adaptação dos currículos escolares, levando em consideração as peculiaridades de cada educando.

Promotor aponta as causas da diminuição de alunos em sala de aula

A falta de um sistema educacional pluri dimensional e a omissão dos pais de alunos são as duas principais causas apontadas pelo promotor Herbert Targino, da Infância e Juventude, para a evasão escolar que vem se verificando na rede municipal de Campina Grande, atingindo em média 5.500 dos cerca de 30 mil matriculados nas 130 escolas atualmente em funcionamento.

Ele revelou este diagnóstico aos próprios pais dos estudantes e gestores escolares durante audiência pública realizada na última quinta-feira no Teatro Municipal, ocasião em que esse grave problema foi tratado sob vários ângulos com os que, diretamente, estão envolvidos com as questões educacionais campinenses.

Ao se referir diretamente à rede municipal de ensino, o promotor Herbert Targino assinalou que este sistema precisa efetuar um redirecionamento de rotas, através da implantação de temas que poderiam servir de orientação pedagógica, o que ao seu ver significaria trabalhar com "foco na metamorfose do tecido social, no sentido de alcançar mudanças positivas, com destaque para os valores morais, humanos e culturais da nossa juventude", frisou.

Com relação aos pais de alunos, o representante do Ministério Público foi enfático ao afirmar que "eles precisam deixar de ser omissos, pois, além de matricular, precisam acompanhar a educação de seus filhos no decorrer do ano letivo", advertiu Herbert Targino. No seu entendimento, essa negligência pode gerar consequências além do preparo educacional das crianças e dos adolescentes.

No que se refere às transferências de



Promotor Herbert Targino

"alunos problemáticos", o que estariam ocorrendo na rede de ensino campinense, o promotor Herbert Targino assinalou que já recomendou à Inspeção Técnica de Ensino a elaboração de relatório de forma a implantar ações multi disciplinares com assistências social e pedagógica com vistas a analisar caso por caso para que se encontrem soluções definitivas. Para ele, a remoção pura e simples significa apenas transferir o problema de um para outro lugar.

Por fim, o curador da Infância e Juventude garantiu que as denúncias de que estabelecimentos de ensino público estaria sendo cedidos a instituições particulares em troca do recebimento de aluguéis, o que reduzia o número de alunos regularmente matriculados durante as aulas normais nos turnos da noite, estão sendo apuradas em parceria com o secretário Neroaldo Pontes, da Educação estadual.

E-mail facilita acesso da população ao Ministério Público

Um e-mail para que a população possa encaminhar denúncias, reclamações e tirar dúvidas referentes às ações do Ministério Público. Esta é a ferramenta que a promotora de Justiça, Edivane Saraiva de Souza, está utilizando como forma inovadora de facilitar a aproximação entre a Promotoria e a sociedade. Edivane Saraiva atua na Promotoria da cidade de Patos, onde é Promotora do Cidadão, Consumidor, Meio Ambiente e Patrimônio Público. O e-mail é curadoriapatospb@hotmail.com.

Segundo Edivane o objetivo é tornar mais fácil e rápido o acesso à Promotoria, como também, ajudar as pessoas que não têm tempo de ir ao MPPP. A Promotora explicou que, além de servir à população de Patos, o e-mail também é direcionado aos moradores de Quixaba, São José de Espinharas, São José do Bonfim, Areia de Baraúnas, Passagem, Cacimba de Areia, Salgadinho e Santa Terezinha, cidades que integram a Promotoria de Patos.

"Já recebemos várias reclamações. É uma ação imediata", afirmou Edivane Saraiva, enfatizando que o e-mail está sendo divulgado em todas as emissoras de rádios da cidade de Patos.

Campanha combate a exploração sexual infantil e estimula o Disque 100

O MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA LANÇOU ESTA SEMANA UMA CAMPANHA DE COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL, COM O PROPÓSITO DE INCENTIVAR AS PESSOAS A DENUNCIAREM ESSE TIPO DE CRIME LIGANDO O DISQUE 100.

Um grupo de servidores e membros da instituição, carregando consigo os seus filhos, desfilaram na ala de frente dos Blocos Muriçoquinhas e Muriçocas de Miramar, e vestiram a camisa da campanha.

O entendimento para o lançamento da campanha durante o Folia de Rua foi firmado pela Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael, e pela Promotora da Infância e Juventude, Soraya Escorel, com o representante dos Blocos Muriçocas e Muriçoquinhas de Miramar, bem como com empresários.

A campanha foi idealizada pelo Ministério Público da Bahia e encampada por todos os Ministérios Públicos estaduais. Ela consiste em propagandas para rádio e TV, outdoor, busdoor e panfletos educativos, sendo os protagonistas da campanha os músicos baianos Bel do grupo Chiclete com Banana, Margareth Menezes e Durval Lélio.

De acordo com a Promotora Soraya Escorel, a proposta é que a campanha seja

massificada já a partir da prévia carnavalesca de João Pessoa, o Folia de Rua, com a participação de pessoas do Ministério Público da Paraíba e demais pessoas que queiram aderir abrindo alas nos diversos blocos.

A Procuradora Geral de Justiça, Janete Ismael, disse que neste ano o Ministério Público da Paraíba vai investir em campanhas na área da Educação. “Estamos buscando sempre parcerias que nos ajude a levar adiante essas campanhas educativas. Nós vimos fazendo um trabalho muito sério no combate a exploração sexual infantil, contra a pedofilia e tantos outros movimentos em defesa da criança e do adolescente. Não poderíamos ficar de fora dessa campanha que teve início na Bahia, mas que todos os MPs estão encampando”, afirmou Janete Ismael.

Entre as empresas que foram contatadas pelo Ministério Público e já se prontificaram a apoiar a campanha estão a Casa de Festa Poputamos, a Nick Pitas, Associação das Empresas de Transportes Coletivos de João Pessoa, a Ação e participaram também da reunião representantes da Oi e Energia.



Membros e servidores da instituição no Muriçoquinhas

Campanha combate pedofilia e estimula denúncias à polícia

Emissoras de rádio e TV de João Pessoa começaram a veicular no mês de fevereiro a campanha de combate à pedofilia, que tem como meta conscientizar e engajar a sociedade na luta contra a prática de abusos sexuais contra crianças e adolescentes. A campanha estimula denúncias de casos por meio do número 190, do CIOP, da Polícia Militar.

O material da campanha é composto por um vídeo de 30 segundos, que trata sobre a questão e será exibido durante três meses nas televisões locais. A iniciativa na criação da campanha é do MPCrim - As-

sociação Nacional do Ministério Público Criminal, com o apoio, na Paraíba, do Ministério Público Estadual.

“Estamos iniciando mais uma campanha de conscientização e combate, desta vez tendo como alvo uma prática criminoso que se tornou tão comum em nosso meio, a pedofilia, cujas consequências têm sido danosas ao seio familiar. O Ministério Público não poderia ficar de fora desta luta”, destacou Janete Ismael.

O Promotor de Justiça, Ricardo Alex Lins, que faz parte da MPCrim, falou que é muito importante estimular a sociedade para que denuncie a prática de abusos sexuais

Roubo é o ato infracional mais praticado por menores

Um levantamento feito pela 4ª Promotoria da Infância Infracional da Capital, divulgou um levantamento que mostra os atos infracionais mais cometidos por menores. A pesquisa abrange o período do 2º semestre do ano passado. Foram 96 casos de roubos, 90 de furto, 21 porte de arma, 8 homicídios, 7 tráfico de drogas e 3 estupros. A titular da Promotoria é Dóris Ayalla Duarte.

O levantamento aponta também que os bairros de Manaíra, Centro, Cruz das Armas, Mandacarú e Bessa, foram de maior ocorrência dos atos infracionais, bem como, o Alto do Mateus foi o bairro com maior ocorrência de homicídio.

Ela explicou também que a 4ª Promotoria da Infância Infracional trata das infrações cometidas por adolescentes na faixa etária dos 13 aos 17 anos. No segundo semestre de 2008 a Promotoria recebeu, por mês, 150 processos, oriundos da 2ª Vara da Infância de João Pessoa, bem como, foram realizadas 330 oitivas informais.

Índice de escolaridade - Outros dados estatísticos importantes divulgados pela Promotoria foi o índice de escolaridade dos menores, 80% estudaram até a 5ª série, enquanto 20% nunca estudaram. Os bairros de origem (residência) dos adolescentes infratores são: Cristo, Cruz das Armas e o São José. A maioria possui pais separados (55%), pais casados (40%) e apenas 5% são criados pelos avós.

O levantamento aponta ainda que 80% dos adolescentes infratores são do sexo masculino e que, apenas 20% trabalham em atividades informais, como: guardadores de carros e catadores de lixo para reciclagem.

Com relação ao uso de drogas, a Promotoria detectou ainda que as mais utilizadas foram o crack e a maconha. Nas internações provisórias 159 adolescentes (masculino) foram para o CEA e 12 (feminino) para a Casa Educativa.